

A PESCA DE MARCAÇÃO NOS MARES DA ENSEADA DO FLAMENGO, UBATUBA, SÃO PAULO.

Peter Santos Németh¹

Antonio Carlos Sant'ana Diegues²

RESUMO

O presente trabalho analisa as técnicas e conhecimentos relativos à *pesca de marcação* nos territórios marítimos tradicionais utilizados pela comunidade de pescadores artesanais da Praia da Enseada, na Enseada do Flamengo em Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo. Concluiu-se que a atual regulação pesqueira, federal ou estadual, feita “de cima para baixo” ignorando deliberadamente as peculiaridades locais e os processos e mecanismos pelos quais os pescadores estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços marítimos, atropela as regras tradicionais baseadas no direito consuetudinário e põe em risco a característica fundamental que rege e sustenta todo o universo sociocultural e simbólico dessas populações tradicionais locais: a sua liberdade e autonomia, ou seja, a capacidade de governarem a si próprios.

PALAVRAS-CHAVE:

Pesca de marcação, pesqueiros tradicionais, pescadores artesanais caiçaras.

ABSTRACT

This paper discusses at techniques and knowledge about the fishing spots marking system within the maritime fishing territory used by traditional caiçara artisanal fishermen community of Enseada's Beach, at Flamengo's Bay, Ubatuba city, northern coast of São Paulo State. The present study aims at analysis the techniques of maritime spatial positioning of the traditional fishing spots used by the caiçara fishermen community of Enseada's Beach. It was concluded that the current "top-down" government fisheries regulation ignoring deliberately local processes and mechanisms by which fishermen establish, maintain and defend the usufruct or possession of maritime spaces, disrespects traditional rules based on customary law, putting at risk the fundamental characteristic that governs and sustains the entire sociocultural and symbolic universe of these traditional local communities: their freedom and autonomy, that is, the capacity to govern themselves.

¹ Pesquisador associado ao Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM-IEE) da Universidade de São Paulo (USP). Este artigo discute parte de sua dissertação de mestrado.

² Orientador, Professor Doutor Sênior do NUPAUB-PROCAM-IEE-USP.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca analisar as técnicas de posicionamento espacial marítimo ou *marcação*, dos *pesqueiros tradicionais* utilizados pela população dos pescadores caiçaras da Praia da Enseada, em Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo. Serão abordadas as relações entre a apropriação social do ambiente marinho (CORDELL, 2000; DIEGUES, 2004) e os conflitos decorrentes do embate entre essa noção ancestral de posse por parte dos pescadores artesanais locais e as questões legais do gerenciamento territorial desses *pesqueiros* pelos órgãos oficiais. Hoje a disputa pelo domínio sobre esses recursos pesqueiros de uso comum, seja por órgãos governamentais de conservação ou de fomento a pesca, seja pela pressão política da pesca capitalista de escala industrial e da pesca esportiva amadora, cria frágeis mecanismos de regulação do acesso aos “territórios pesqueiros” (CORDELL, 2000) e aos recursos que neles ocorrem, quase sempre excluindo o pescador artesanal do processo de tomada de decisão e governança. Estas técnicas locais da *marcação* podem contribuir para legitimar o direito de acesso preferencial, gestão e uso de determinados espaços costeiros por grupos de pescadores tradicionais, frente ao crescente interesse estatal em capitalizar politicamente as áreas marinhas protegidas (MATTOSO, 2017), privilegiando o turismo e outros interesses alienígenas em detrimento da ancestral cultura pesqueira artesanal “*do lugá*”.

METODOLOGIA

A comunidade estudada foi a dos pescadores tradicionais locais da Praia da Enseada (UTM 23K, 491299E – 7401082N) em Ubatuba, São Paulo (Figura1).

O trabalho de campo desenvolveu-se do ano de 2001 até o ano de 2016, através da inserção total do pesquisador que residiu e trabalhou como pescador artesanal nessa comunidade e mais tarde atuou já como pesquisador científico. Para este estudo utilizamos técnicas científicas de pesquisa qualitativa, com objetivo de investigar valores, percepções e saberes relacionados aos territórios pesqueiros tradicionais, localizados no mar ao redor da Ilha Anchieta, e o possível uso desse conjunto patrimonial de conhecimento como ferramenta prática de gestão pesqueira local. Durante a abordagem etnográfica utilizada no trabalho de campo junto aos pescadores locais, seguimos “preceitos etnocientíficos” (MARQUES, 2001), também aproveitando aspectos da etno-oceanografia (GASALLA e DIEGUES, 2008; MOURA, 2013) e da socioantropologia marítima (DIEGUES, 2004).

A coleta de dados utilizou-se da técnica de “observação participante” através do “trabalho de campo etnográfico” (GUBER, 2001), associada a entrevistas qualitativas não estruturadas, conversas informais, atividades cotidianas da faina pesqueira e anotações em cadernos de campo. Nossas “entrevistas não dirigidas” (GUBER, 2001) priorizaram cuidados com: a escolha dos informantes especialistas; a forma de realizar as entrevistas; a coleta dos dados dos territórios pesqueiros. Atualmente a legislação mais incidente sobre o espaço territorial marítimo dos pescadores locais é o Decreto Estadual 49.215, de 7 de dezembro de 2004, que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte, onde encontramos as definições legais de *comunidades tradicionais* e *pesca artesanal*:

Comunidades Tradicionais: grupos humanos culturalmente diferenciados, fixados numa determinada região, historicamente reproduzindo seu modo de vida em estreita dependência do meio natural para sua subsistência; (...) **Pesca Artesanal:** é aquela praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma, em regime de economia familiar ou em regime de parceria com outros pescadores, com finalidade comercial. (São Paulo - Estado, 2005:48-49; grifo nosso).

Assim, nesse trabalho, o repositório pesqueiro “*tradicional-artesanal*” analisado é aquele praticado em canoas à remo, dentro do *território pesqueiro* que é de uso e domínio patrimonial da comunidade de pescadores da Praia da Enseada.

Breves considerações sobre a área de estudo

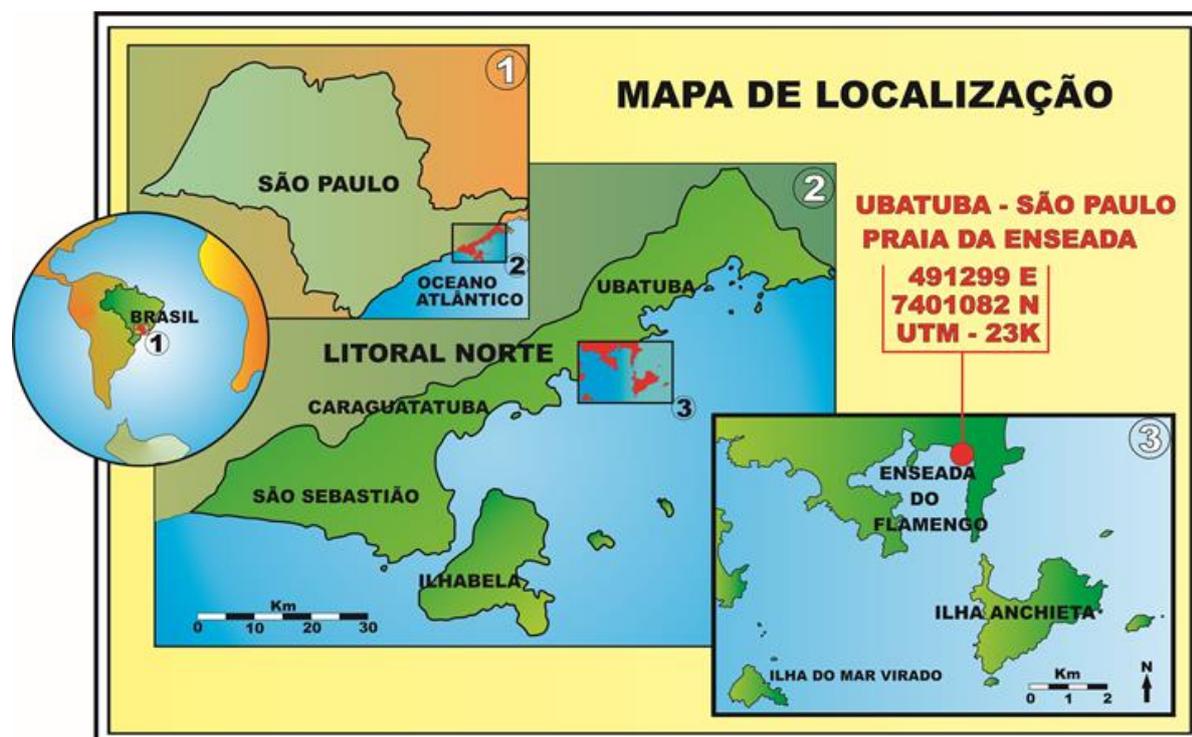


Figura 1. Mapa de localização da área de estudo: Praia da Enseada, Ubatuba.

A tradição pesqueira relacionada ao espaço territorial marítimo da Enseada do Flamengo e região da Ilha Anchieta remonta à origem indígena e posterior influência de tradições ibéricas, africanas e até japonesas, criando o que pode ser chamada de cultura pesqueira caiçara, que adaptou variadas artes e petrechos de pesca às características do ambiente marinho e ao comportamento das “espécies” locais (MUSSOLINI, 1980).

Nesses *pesqueiros*, praticam-se artes de pesca específicas, principalmente: a *pesca de jugada* (*linhada* de mão com dois ou mais anzóis) para *peixes de fundo*; a *linhada* para garoupas; o *arrastão de praia* (SCHMIDT, 1947); o *tresmalho* (MUSSOLINI, 1980) ou *rede de espera* (WILLEMS, 2003). Esses locais de pesca foram sistematicamente testados, através de gerações, até que o ponto escolhido produzindo resultados satisfatórios, ganhasse a sua *marcação*.

MARCO CONCEITUAL

Para Davidson-Hunt e Berkes (2003), uma abordagem ecológica é necessária para entender como as habilidades para viver dentro de um ecossistema são construídas. Segundo esses autores, analisando a questão sob o ponto de vista formulado por Tim Ingold no livro *The perception of the environment*, as habilidades não são propriedades de indivíduos, mas do

“... campo total das relações constituídas pela presença do *organismo-pessoa*, indissolúveis *corpo e mente*, em um ambiente ricamente estruturado” (Ingold, 2000:353). O conhecimento do ambiente, nesta perspectiva, é “... não de um tipo formal, autorizado, transmissível em contextos fora aqueles de sua aplicação prática. Pelo contrário, baseia-se no sentimento, que consiste nas habilidades, sensibilidades e orientações que se desenvolveram através da longa experiência de conduzir a vida em um ambiente particular” (Ingold, 2000:25). Aprendizagem, ou *enskillling*, é um processo que pode ser descrito como a “educação da atenção”, assim, anciãos criam contextos estruturados através dos quais o iniciante pode construir as suas próprias habilidades de percepção em relação ao meio ambiente total, biofísico e social. (DAVIDSON-HUNT e BERKES, 2003)

Segundo Diegues (1983), o que caracteriza o *pescador artesanal* não é só o viver da pesca, mas é acima de tudo a apropriação real dos meios de produção, em suma, o controle da “arte de pesca”, ou seja, do como, e do que pescar.

O domínio da arte exige dele uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência, que lhe permitem apropriar-se também dos segredos da profissão. É fundamental nessa caracterização a unidade entre a força de trabalho e os instrumentos de trabalho. Esses são adaptados ao corpo humano, e sua utilização exige uma técnica especial que é o apanágio do artesão. (DIEGUES, 1983)

Para Diegues (1983), na pesca artesanal, o pescador está unido à sua profissão e aos meios de produção como um “caracol à sua casca”, por essa ótica também não se pode separar o seu domínio cultural e suas práticas haliêuticas, da morfologia singular *bio-geo-física* marítima, o “organismo-integral-em-seu-ambiente” (INGOLD, 2000, tradução nossa), fonte retroalimentadora do próprio aprendizado local.

Assim, fecha-se um círculo virtuoso “simbiótico” (DIEGUES, 2008) entre o homem e o seu ambiente territorial natural.

A construção desse corpo complexo e detalhado de conceitos e símbolos baseia-se numa observação empírica de longo prazo e é aplicada a áreas marinhas relativamente reduzidas em tamanho usadas pelos pescadores tradicionais sendo raramente aplicável a outras regiões. Esse corpo de saberes orienta o comportamento dos pescadores e as estratégias de pesca e é essencial para prever situações em que a pesca pode ser produtiva. Nesse sentido, o conhecimento tradicional ajuda os pescadores locais a construir seus próprios mapas mentais que os orientam onde e como pescar. (DIEGUES, 2004)

Esses “mapas mentais” ou a dimensão imaterial do espaço geográfico, que através da comunicação oral de fatos entre gerações reúne conhecimentos, saberes, técnicas, usos, costumes, mitos, práticas sociais, recordações, memória, valores morais e espirituais, sobre um espaço físico peculiar, constroem o *território pesqueiro* que é resultado do modo de vida de uma comunidade, assim fundamentado no que pode ser chamado de conhecimento tradicional local.

A apropriação social do ambiente marinho

A tecnologia, o conhecimento e a organização social dos pescadores tradicionais são forjados dentro dos padrões e ritmos complexos da paisagem marinha³, o que ajuda os pescadores a viverem de uma população de peixes que flutua amplamente ao longo do tempo e do espaço (DAVIDSON-HUNT e BERKES, 2003).

O conceito de apropriação, desenvolvido por Diegues (2004), incorpora mais facilmente os aspectos simbólicos que envolvem a relação entre os pescadores e seu meio-ambiente:

A apropriação social do meio marinho (manejo ou gerenciamento), pode ser definida como um conjunto de práticas culturais de intervenção na natureza, baseado na

³ Paisagem que emerge dos meios de subsistência das pessoas (DAVIDSON-HUNT e BERKES, 2003).

manipulação de componentes orgânicos e inorgânicos, visando a reprodução social das comunidades costeiras de pescadores. (DIEGUES, 2004)

O território marítimo, então, engloba não somente características materiais ecológicas ou físico-geográficas, mas, sobretudo, aspectos culturais.

Falar em espaço nem sempre significa falar de um dado concreto, de uma realidade por assim dizer geográfica da natureza com que o homem se confronta para se reproduzir. A pesca marítima é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior relevância, não só para a ordenação dos homens nos espaços sociais como também para a organização da própria produção e para a reprodução da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos como em termos simbólicos. (MALDONADO, 2000)

É a transmissão dos processos de memorização e localização dos *territórios pesqueiros*, dentro de uma comunidade através do tempo, o que sustenta a reconstrução contínua desse *espaço-cultura* para a população que dele, e nele, sobrevive.

A apropriação social do mar ocorre dentro dos limites da territorialidade através da qual os pescadores “marcam” áreas que usam na pesca, algumas das quais são apropriadas de forma comunitária. Ou como afirma Godelier, através da noção do território um grupo social garante aos seus membros o controle ou acesso aos recursos naturais, a reprodução do homem enquanto espécie, seus meios de subsistência, das relações sociais e simbólicas. (Godelier, 1984). A territorialidade marinha depende não somente do meio-físico a ser explorado, mas também das relações sociais estabelecidas entre aqueles que o utilizam. Para muitas comunidades de pescadores, o mar apresenta marcas de propriedade, geralmente em pesqueiros produtivos descobertos e guardados em segredo. (DIEGUES, 2004)

De acordo com Alpina Begossi (2004), os *pesqueiros* são “pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflito, sendo então um território em seu sentido ecológico”, e também “são reconhecidos pelos pescadores por meio de referências aquáticas (uma laje, por exemplo) ou terrestres (uma referência em terra, uma árvore, uma casa, uma igreja)” (Begossi, 2004).

Territórios pesqueiros, podem ser definidos como “espaços conhecidos, nomeados, defendidos, delimitados e manejados pelos pescadores em sua faina pesqueira” (CARDOSO, 2003).

Todo o conhecimento relativo a esses pontos de pesca especiais, e “a apropriação do mar e de seus recursos requer o conhecimento de um código de saber-fazer que é construído e ritualizado no mar pela tradição” (DIEGUES 2004), que de acordo com a definição de Gerd Bornheim, significa precipuamente entregar, passar algo para outra pessoa, ou passar de uma geração a outra geração. (BORNHEIM, 1987)

A importância da *pesca de marcação*

Existe um sistema tradicional de orientação espacial que serve para o pescador gravar mentalmente a localização de um *pesqueiro*, de um *pegador*⁴, ou para marcar um ponto sobre o leito marinho, com a intenção específica de poder reencontrar este ponto marcado sempre que for necessário.

A “*marcação*”, como é comumente chamada essa técnica tradicional no litoral brasileiro, trata-se de um método simples e eficiente de determinar e memorizar a localização de um ponto específico no espaço fluido do mar, através do processo de “triangulação”, baseado em “pontos referenciais fixos em terra” que sejam visíveis do mar (CASCUDO, 1954; FORMAN, 1970; MALDONADO, 1994; DIEGUES, 2000, 2004; CARDOSO, 2001; PLANTE e BRETON, 2005; CAMARGO e BEGOSSI: 2006).

Eduardo Cardoso (2001) entrevistando o mestre Genésio de Ilha Grande no litoral sul do Rio de Janeiro, pergunta como ele conheceu o fundo para não engastalhar a rede e obtém a explicação:

Então tu tá arrastando naquele caminho, não demora pega parô, aí parô tu vai botar em cima, agarrô, pedra, então tu olha se é de dia, se é de noite né? Olha a luz do lugar, do outro e faz a marcação. Aí tu já sabe que naquela posição ali, naquele lugar tem pedra. Então dali tu sai pra outra, se tu pegar noutro lugar, a mesma coisa, tu faz aquela marcação. E assim tu descobre o fundo todinho. (CARDOSO, 2001)

Esses pontos de referência são escolhidos de forma a determinarem duas linhas retas distintas que se cruzam exatamente sobre o *ponto de visada*, estabelecendo assim uma *marcação*.

Velejando para o *pesqueiro* o mestre vai perguntando ao *proeiro*: O caminho vai “enchendo”? Encher é um morro aproximar-se ou montar a gameleira, o cajueiro, as malhas juntarem-se no cabeço de uma duna escolhida como referência [...] Como vai o assento? O assento dará sua figura esperada. Quando o Caminho e o Assento estiverem no ponto aguardado, firmes nas situações previstas, o *pesqueiro* estará ao alcance das linhas de pesca. Estará justamente no vértice do ângulo em que o Caminho e Assento são os lados [...]. (CASCUDO, 1954, grifo do autor)

Curiosamente, o sistema de registro espacial da *marcação*, embora recorrente entre diversas comunidades pesqueiras brasileiras, não havia ainda sido detalhado no Estado de São

⁴ *Pegador* é um ponto no fundo do mar onde as redes se enroscam, geralmente um barco afundado, um tronco de árvore ou outros objetos perdidos. (Németh, 2010).

Paulo. Apenas uma breve descrição foi registrada no diário de campo de Alpina Begossi durante sua pesquisa junto aos ilhéus de Búzios em março de 1987:

Quando eu digo que não há nenhuma aferição geográfica talvez deva dizer que não há marcação em cartas ou equipamentos modernos, mas os pescadores possuem um sistema de orientação segura para marcar seus pontos de pesca, mesmo que se encontrem bem longe do continente. Eles usam pontos de referência na costa que, quando se alinham, determinam o pesqueiro. Conferem o local com o quarto ponto, que é a profundidade estimada pela quantidade de linha lançada até o fundo. Mais tarde pude constatar que esta prática de orientação é comum entre muitos pescadores, como os de Valença na Bahia, de Itaipu no Rio de Janeiro ou de Bertioiga em São Paulo. (CAMARGO e BEGOSSI: 2006)

A importância do sistema de *marcação* pode ser percebida individual ou coletivamente dentro da comunidade pesqueira. Para o pescador, conhecer o “segredo” de uma *marcação* garante a ele maior eficiência e acurácia em seu esforço de pesca, o que lhe proporciona distinção e “respeito” entre seus pares.

Como já vimos, o domínio dessa arte “exige uma série de qualidades físicas e intelectuais” conseguidas “pelo aprendizado na experiência”, que permitem “apropriar-se também dos segredos da profissão” (DIEGUES, 1983).

Para a comunidade local, esse processo contribui para estabelecer regras locais de uso e facilitar o manejo ordenado dos recursos pesqueiros que sistematicamente ocorrem naquele ponto especial do mar (FORMAN, 1970). “Mesmo regras de uso incipientes como “respeito” já significam a apropriação no uso de um espaço marinho, ou seja, de um pesqueiro” (BEGOSSI, 2004). Assim, os saberes locais relacionados às *marcações* dos *pesqueiros* também funcionam, para a comunidade detentora desse conhecimento, como que um atestado patrimonial consuetudinário sobre aquele espaço marítimo específico, atestando a preferência em sua apropriação social e também a consciência dominial em seu usufruto tradicional.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

As características da *marcação* em Ubatuba

Devido às características geológicas peculiares do litoral norte de São Paulo, em que se destacam as costeiras intensamente recortadas e os esporões da Serra do Mar que adentram ao oceano, uma das referências básicas em quase todas as *marcações* da região de Ubatuba são as pontas das penínsulas, localmente denominadas *pontas*.

Para que os pescadores locais possam estabelecer uma *marcação*, associados com as *pontas*, são utilizadas ilhas, cumes de morros, pedras, cantos de praias e até prédios que se destaquem na paisagem.

É... tem que tê *marcação*... E a *marcação* você sabe como faz né? É ponta de morro... canto de praia... Você já sabe o que é uma *marcação* né? Isso que a turma num faz, que a maioria pesca hoje com *marcação* (de *GPS*)... A nossa é essa antiga ainda... a nossa *marcação* é essa antiga ainda. (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal)

O critério para a escolha desses pontos de referência é que, não só, eles sejam bem visíveis, de fácil identificação e memorização, mas que, principalmente, constituam duas linhas retas atingindo o *ponto de visada*, que é onde essas duas linhas da *marcação* obrigatoriamente se cruzam, determinando por triangulação o ponto escolhido. O mestre Antenor dos Santos conta, como descobriu o *Cascalho do Boqueirão da Ilha Anchieta*:

Pra começá, eu com o Sérgio *larguemo* a rede... eu tirei com o Alemão a rede... o barco era do Alemão e a rede era do Sérgio. Eu fui lá, a rede *agarrou na pedra* cara, *agarrou na pedra*... veio salema, veio marimbá (*peixes de pedra*), veio tudo... eu fiz a *marcação*, sabe? E de tarde eu fui com o Sérgio lá de novo, *larguemo* a rede... Aí que *soquemo* memo na pedra e rasgô a rede! Aí ele falô: Porra meu! Tu sabia que tem pedra, por que largô a rede aí!? Mas falô assim (bravo), por causa da rede (que rasgou)... Mas olhou bem (e falou): Vamo marcá bem essa pedra aqui porque eu não sabia que tinha essa pedra... Aí ficou essa pedra (marcada). Tem umas cinco pedra ali... tudo pedra... quase ninguém sabe... tem pedra grande... laça a rede, rasga a rede... e tem *tapecerica* também, costão né, (lugar) que você joga a âncora e nem areia traz sabe... tem vez que *entoca* a âncora memo, fica lá (perde)... (DOS SANTOS, 2014, comunicação pessoal).

Assim cada *pesqueiro* ganha um memorial descritivo através do qual sua posição pode ser memorizada, transmitida e sempre reencontrada; essa passa a ser então a sua *marcação*. O mapa a seguir (Figura 2) ilustra a forma de se encontrar o *pesqueiro* denominado *Cascalho do Boqueirão da Ilha Anchieta*.

Portanto, o memorial descritivo para localizar a sua *marcação*⁵ é o seguinte:

Partindo da Praia da Enseada no rumo do *Sul da Ilha Anchieta*, quando o *Ilhote das Cabras* começar a aparecer pela *Ponta do Espia*, guine à *boreste*⁶ deixando o *Ilhote das Cabras* pela popa do barco (1). Continue navegando devagarinho nesse rumo, com o *Ilhote das Cabras* escondido pela *Ponta do Espia* até que a “pontinha” do

⁵ Embora o nome do *pesqueiro* seja real, alguns pontos da sua *marcação* foram alterados a fim de preservar seu “segredo”. (DIEGUES, 1979; MALDONADO, 1994).

⁶ O lado da embarcação situado à direita da proa.

Ilhote do Sul comece a aparecer pelo *Calhéu da Ilha Anchieta* (2), então pare. É só jogar o *ferro*⁷, que já vai sentir o cascalho no fundo, já matei até garoupa de três quilos lá; tem pedra grande *visse?* (DOS SANTOS, 2004, comunicação pessoal).

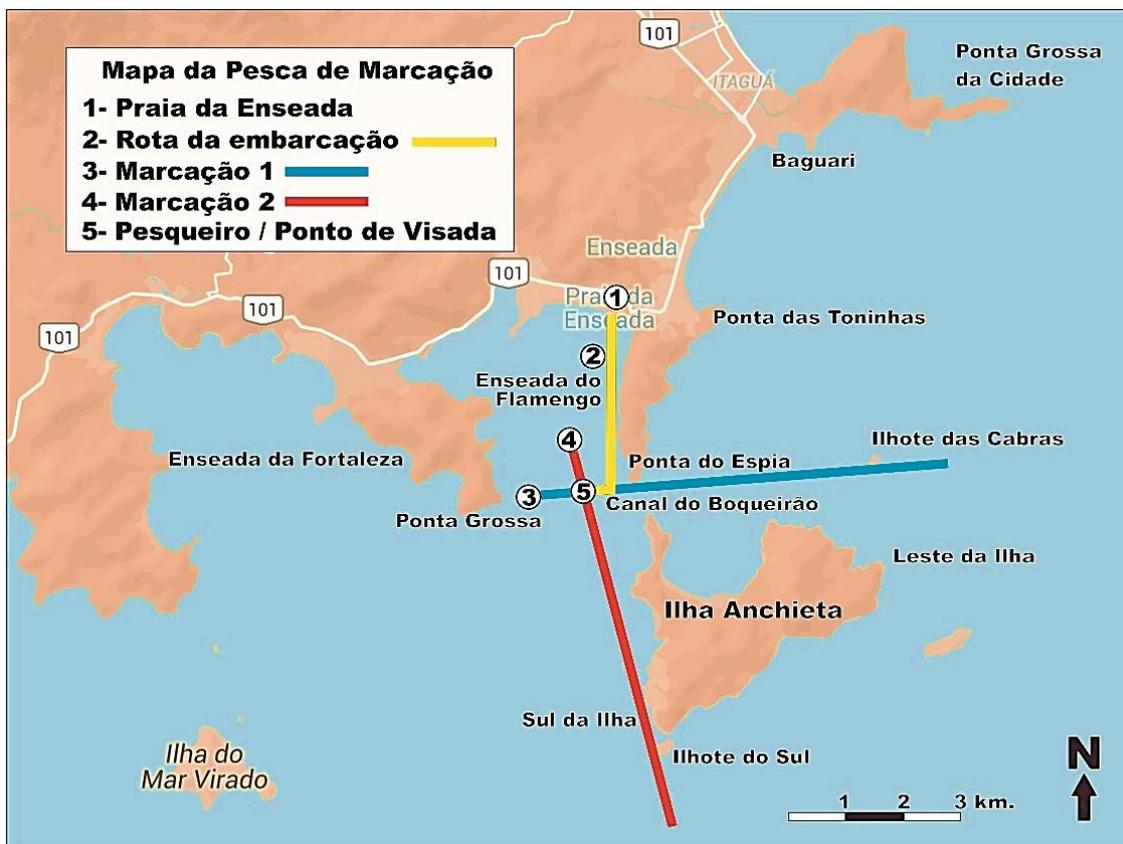


Figura 2 - Esquema de marcação do *Cascalho do Boqueirão* da Ilha Anchieta, com pontos modificados para preservar o “segredo” de como encontrar sua localização exata.

Além do *pesqueiro* mencionado acima, existem, dentro da nossa área de estudo, vários outros que são possíveis de localizar através da *marcação* por triangulação, tais como: o *Parcel de Sueste*; *Inferninho*; *Parcel da Ponta Grossa*; *Parcel de Fora*; e *Cascalho da Praia de Fora*. Todos estes *pesqueiros* hoje, com seus “segredos” de *marcação* ameaçados pelos aparelhos de G.P.S.⁸.

Outras características que também integram e enriquecem a descrição da *marcação* do *pesqueiro* são as principais espécies que ocorrem no ponto marcado e as condições de correnteza, temperatura, cor de água e época do ano, mais favoráveis ao sucesso da pescaria

⁷ O mesmo que âncora.

⁸ *Global positioning system*, um sistema global de localização por satélites.

naquele local específico. (SCHMIDT, 1947; FORMAN, 1970; MALDONADO, 1994; DIEGUES, 2004; BEGOSSI, 2004; CUNHA, 2008).

Ainda sobre o *Cascalho do Boqueirão*, o mestre Antenor e o mestre James especificam as principais espécies de peixe que lá já pescaram:

(Antenor) -Ah, dá vermelho, é... pampo, pampo grandão memo, dá garoupa, aquela *garoupa São Tomé*, aquela garoupa vermelha... todo peixe...

(James) -*Matei* um bocado de garoupa no *tresmalho* lá...

(Antenor) -Dá garoupa, dá corvina, dá espada, é um *lugá* pra todo peixe, tem tudo, dá marimbá, dá cocoroca, todo peixe...

(James) -Perdi um bocado de peixe grande naquele *lugá*... marimbá dá muito lá... (DOS SANTOS e DA GRAÇA, 2014, comunicação pessoal)

O domínio das *marcações* determinando o território pesqueiro

Dominar um *pesqueiro* não no sentido da posse física, mas, do conhecimento empírico acumulado sobre as espécies de ocorrência, correntes favoráveis, tipo de fundo marinho, características físicas da água, (transparência, temperatura, turbidez, coloração), proporciona ao pescador aumentar a chance de sucesso da sua pescaria. O oceano, por ser um ambiente fluido em constante mudança e sujeito a rápidas alterações físicas, exige do pescador um tipo de conhecimento “análogo ao científico”, forjado na experiência da faina diária, transmitido oralmente entre gerações e validado pela comprovação do êxito na pescaria pelos outros pescadores. (LÉVI-STRAUSS, 2008; CUNHA, 2008; RAINHO, 2015),

É mediante esse saber que os pescadores definem estratégias adaptativas às flutuações do ecossistema marítimo para assegurar a sua reprodução social no tempo. E, é nesse processo de adaptação inteligente diante das condições bioclimáticas e naturais, que esse sujeito social constrói o espaço marítimo como um espaço sociocultural próprio. (CUNHA, 2008: p.5)

O conhecimento tradicional dos pescadores locais, relativo ao seu território pesqueiro e a essas *marcações*, garante ao pescador uma gama maior de opções de escolha do melhor *pesqueiro*, de acordo com a análise das condições físicas daquele dia em que se fará a pescaria. Entre as dezenas de pontos que compõe o seu rol de *pesqueiros*, ele pode determinar aquele que seu conhecimento acumulado indica ser o mais adequado naquele momento de acordo com os *sinais* disponíveis e ao tipo de arte de pesca utilizado.

Esse conhecer é constituído por um conjunto de ideias sobre o navegar, o movimento das marés, os tipos de fundo propícios à vida de certas espécies de pescado, noções empíricas sobre os hábitos dos diferentes peixes, etc. O importante

não é conhecer um ou outro aspecto do segredo, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas à captura. (DIEGUES, 1979: p.210)

Todo esse inventário, constituinte do saber-fazer tradicional, possibilita através das marcas, encontrar e reencontrar através do tempo esses lugares especiais, ou *pesqueiros*. Este processo garante não só a subsistência material e simbólica dessas comunidades, mas também alcança determinar, delimitar e materializar a “apropriação dos territórios pesqueiros” (GEISTDOERFER, 1974; 1982) pelos pescadores detentores desse conhecimento local.

Os tipos de uso dos *pesqueiros*

Dentro do *território pesqueiro* dos pescadores da Praia da Enseada, existem *pesqueiros* que podem ser classificados de acordo com tipo de usufruto neles exercido.

Para os *pesqueiros de costeira*, que são praticamente grudados na faixa rochosa do costão e mais fáceis de serem localizados, não é utilizado o sistema de triangulação da *marcação* para que sejam encontrados. Apenas a característica física da pedra mais próxima é usada para memorizar o nome de “batismo” daquele *pesqueiro* e marcar o seu local, como por exemplo: *Boca da Arraia, Oratório, Pedra do Porco, Cu Empinado, Mesa Pobre, Gamela Grande, Coroa Preta, Castelinho, Cadeira, Saco da Pedra Miúda, Cava da Casa, Pedra do Covo, Itapecerica Preta, Pedra da Baleia, Mesa Pobre, Gamela Grande, Costão Quebrado, Pedra Rachada, Alçapão*. Também referências a algum antigo morador próximo ou usuário assíduo do *pesqueiro* são utilizadas na identificação do ponto: *Pesqueiro do Velho Bento, Laje Antônio Inácio, Pedra da Idália, Porto da Maria do Paulo*. Ou então a alusão a alguma árvore ou vegetação do local do *pesqueiro*: *Saco da Guanxuma, Saco da Piteira, Figueirinha, As Caianas, Saco do Guacá, Saco da Aroeira*. Antigos usos do local ou ainda algum evento ali acontecido servem também como referência: *Portinho, Os Cafés, Porto Velho, Aguada, Ponta do Espia, Estiva, Saco do Soldado, Saco do Barco, Ponta da Cruz, Pedra do Navio*.

Esses *pesqueiros de costeira* são geralmente os de nomes mais antigos e os mais utilizados sistematicamente de forma comunitária pelos pescadores locais. Dessa utilização sistemática surgiram regras informais de uso baseadas no *respeito*. As regras de *respeito* são uma das características chave da ética da pesca na comunidade.

Um código de honra que os pescadores chamam “respeito”, intimamente ligado à reciprocidade, forma e controla as relações pessoais na pesca local. A ética associada ao “respeito”, vai além de um cerimonial na pesca: ela liga as consciências

individuais muito mais fortemente que os regulamentos oficiais. Nas comunidades em que o capital é escasso, o “respeito”, especialmente no que toca ao pagamento de dívidas resultantes de favores, é a medida da dignidade das pessoas. É impossível pescar por muito tempo na área sem o “respeito”. É primariamente no contexto da reciprocidade, no quadro geral da marginalização social, que os direitos ao espaço marítimo e à pesca são estabelecidos e regulamentados. (CORDELL, 1989).

O *respeito* é baseado em complexas relações sociais que levam em consideração diversos aspectos da convivência social comunitária. Senso de justiça, habilidades manuais, força física, sabedoria, capacidade colaborativa, honestidade, etc. Tudo isso é conquistado durante as atividades em grupo onde a verdadeira natureza humana da pessoa é posta à prova durante as diversas situações da faina diária. Esse processo que ocorre a vista de todos que pertencem àquela comunidade, leva o pescador que vai passando pelas “provas”, gradualmente a ocupar um espaço na hierarquia social daquele grupo, conquistando seu *respeito*. (DIEGUES, 2004; CORDELL, 1989; MALDONADO, 1994)

Mais recentemente a atividade da maricultura, principalmente a mitilicultura que é o cultivo de mexilhões (*Perna perna*), surgiu como atividade complementar para pequena pesca. Hoje existe delimitada pelos próprios pescadores da Praia da Enseada, uma área exclusiva, inspirada por um decreto federal⁹, onde estão instaladas as fazendas marinhas dos pescadores tradicionais locais. A construção territorial desse *parque aquícola* na Enseada do Flamengo deu-se com a participação ativa dos pescadores locais de modo a respeitar os *pesqueiros tradicionais* de costeira. Assim sendo, a posição de nenhuma fazenda marinha atrapalha a atividade da *pesca artesanal local*, corroborando as regras tácitas do *respeito*.

As principais regras de *respeito* praticadas nos *pesqueiros* da Praia da Enseada

Normalmente os pescadores deixam a praia em suas canoas para *fundear* os *tresmalhos de costeira* pouco antes do *serão*, por volta das quatro horas da tarde. Antes disso, durante o dia, informalmente os pescadores se reúnem à sombra de uma amendoeira e discutem sobre seus “palpites” para a pesca do dia seguinte. Com base na apuração do que foi pescado pela manhã, somada a análise dos *sinais* meteorológicos do tempo disponíveis até aquele momento, eles coletivamente comparam seus palpites e escolhem o *pesqueiro* que cada um usará naquela tarde.

Mas planejar e organizar a pesca, isto é, quando, como e com que instrumento ir pescar é uma das decisões mais difíceis. A formulação da pergunta marca o início da

⁹ Decreto Nº 4.895 de 25 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003).

atividade produtiva, pois a partir dela o pescador constrói um plano organizacional, como veremos, às vezes tão mutável como o próprio meio. Com efeito, chegar a uma decisão definitiva cada dia não é ato automático nem fruto de decisão arbitrária, mas uma das fases mais complexas de todo o processo de pesca e que se encontra condicionada por todas as limitações que assinalamos antes, assim como pela decisão dos outros pescadores. (ALLUT, 2000)

Nos casos estudados não existe a noção de posse individual de um *pesqueiro*, eles são de domínio comunitário, possuindo um nome próprio que o identifica. A regra principal é a de *chegar primeiro* (BEGOSSI, 2004; PLANTE e BRETON, 2005), depois vem a de quem *escolheu primeiro* e avisou durante o dia onde irá *largar a rede*, assemelhando-se em parte à regra de *publicar o lanço* citada por Cordell (1989) e Maldonado (1994). Também, caso o pescador já tenha *largado a rede* no dia anterior em um *pesqueiro*, ele tem preferência em largar novamente no mesmo ponto. Mas durante o dia ele pode ser questionado se vai manter o ponto ou mudar, caso ele decida mudar, quem o questionou pode escolher aquele *pesqueiro*.

Estamos nos referindo ao controle do meio, seus recursos e ao controle dos “outros”, do que dizem e, sobretudo, do que fazem ou podem fazer. As circunstâncias cambiantes que podem intervir nesse espaço de tempo abarcam aspectos pontuais como a meteorologia, a oscilação dos preços, etc., mas, sobretudo, um dos aspectos mais relevantes: a conduta dos outros pescadores. Com base nessas variáveis o pescador determina onde pescar e com que tipo de pesca. Representa também o momento em que se reinicia de novo processo de comparação do saber. (ALLUT, 2000)

Casos raros ocorrem de uma “corrida” ao *pesqueiro*, quando dois pescadores identificaram os *sinais* favoráveis a determinado ponto de pesca durante aquele dia. Quando isso acontece os dois procuram dissimular seu palpite durante as prosas do dia, mas como entre eles os laços de amizade e companheirismo são longos e fortes, um reconhece o *arremedo* do outro, iniciando-se então a “disputa” velada pelo *pesqueiro*. Nesse dia um fica vigiando a movimentação do outro e quando fica evidente a intenção de um deles lançar sua canoa ao mar, os dois se apressam na ação, e começa a corrida ao *pesqueiro*. Chega a ser divertida e emocionante a *porfia* e ganha aquele que chegar primeiro e lançar sua *poita* na pedra que marca o local daquele *pesqueiro*. Desse modo, resta ao perdedor na disputa pelo *pesqueiro* escolher outro ponto da costeira que respeite uma distância mínima descrita a seguir, além de resmungar baixinho “ao vento” que fulano de tal *tem zóio grande* ou é *esfamiado*.

Existe uma regra local que dita a distância mínima entre um *tresmalho de costeira* e outro, que é de mais ou menos *trezentas braças*¹⁰. Também o comprimento máximo da rede, ou distância máxima que ele pode ficar das pedras, caso seja *rede boiada*, é de *quarenta e cinco braças*, para não atrapalhar a navegação dos barcos motorizados que podem ter seus hélices enroscados pelas redes durante a noite.

Quanto à arte do *cerco flutuante*, a distância mínima de *trezentas braças* também deverá ser observada em relação à *boca do cerco*, que é por onde os cardumes entram na armadilha. Caso o *cerco flutuante* não esteja na água, o ponto é liberado para *largar o tresmalho* desde que o proprietário seja consultado previamente. A pesca de linha e anzol e a caça submarina praticada próxima, e muitas vezes dentro do *cerco flutuante*, são consideradas faltas gravíssimas e muito praticadas por *turistas*¹¹. Esse conflito é extremamente comum e de difícil solução, pois os *turistas* são os que menos respeitam qualquer tipo de regramento, incluindo a própria lei federal que rege a pesca amadora.

Outra regra informal regula o tempo em que o *tresmalho* pode ficar “fundeado” no pesqueiro. O aceito normalmente é que a rede seja largada no *serãozinho* ou *boca da noite* e recolhida ao raiar do dia, evitando desse modo a incidência das tartarugas marinhas que no escuro diminuem sua movimentação para descansarem. Caso uma rede fique “abandonada” no pesqueiro por mais de um dia, sem a *visita* do dono, um pescador que tenha autoridade reconhecida pelo grupo para tal, pode retirar a rede do *pesqueiro*. Se houver peixe podre na rede, ele pode até embolar a rede e jogar em cima da pedra, ainda mais se a rede for de algum *pescador de fora*.

Para os *tresmalhos de fundo*, que são fundeados ao *largo* (longe de terra), a regra básica é a de *chegar primeiro*. Outras regras complementares a esta podem ocorrer de acordo com cada situação. *Fechar a rede* é considerado uma falta grave, isso acontece quando outro pescador larga seu *tresmalho* paralelo e próximo ao que já estava fundeado antes, impedindo que os peixes caiam na primeira rede (PLANTE e BRETON, 2005).

Largar a rede por cima também vai contra o *respeito* e geralmente ocorre quando outra rede é lançada já no escuro da noite, desse modo as *bandeiras* da primeira rede não

¹⁰ A *braça* é uma unidade de medida tradicional que é feita com os braços abertos indo de uma mão a outra e que segundo os caiçaras, mede em média aproximadamente 1,70 m.

¹¹ Plante & Breton, 2005, p.45, também verificam regras de “costume” muito semelhantes em Trindade – R.J. com relação ao *cerco flutuante* e o *tresmalho*.

estão visíveis e o segundo pescador larga a rede por cima da do outro, comprometendo a eficiência do equipamento e estragando a pescaria.

Outro conflito que envolve os *tresmalhos de fundo* acontece durante a safra do camarão branco (*Litopenaeus schmitti*) entre os meses de junho e julho. Nesse período as redes de camarão ficam fundeadas o tempo todo, dia e noite, sendo visitadas a intervalos regulares para a despesca. No entanto outra modalidade de pesca compete agressivamente com as redes das canoas, o *arrasto de porta motorizado*. Muitas vezes os pescadores dos arrastões ameaçam aos berros passar por cima dos *tresmalhos* durante a noite, e não raro ao amanhecer, na primeira *visita* do dia, os canoeiros encontram a rede *cortada de faca* ou mesmo desaparecida por completo. Esse é um dos conflitos mais graves e recorrentes da região, não respeitando nem mesmo a Zona 2 Marinha Especial (Z2M.E.) estipulada pelo Zoneamento Ecológico Econômico ou G.E.R.C.O., que proíbe o arrasto de camarão nessa área do conflito (SÃO PAULO - ESTADO, 2005).

Tudo isso surge de um processo que pressupõe um sujeito cognitivo em constante interação entre o trabalho mental e manual, e entre este e seu entorno. E é precisamente por isso que se justifica a afirmação: os pescadores são os que melhor conhecem o entorno ecológico e social de cada uma das comunidades, e, não obstante, quem planifica as políticas pesqueiras e a gestão dos recursos são os funcionários, com a assessoria de biólogos e economistas. E o fazem unilateralmente, prescindindo totalmente do saber que os pescadores têm de seu âmbito de experiência. (ALLUT, 2000)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gradativa perda dos valores tradicionais que garantiam através do *segredo* o acesso restrito e controlado aos *pesqueiros* e seus recursos, somada à ingerência ou à incapacidade técnica e operacional dos órgãos governamentais responsáveis pela gestão e regulação desses recursos, pode levar ao que Hardin chamou de *A tragédia dos comuns*. Desse modo, quando o espaço ou recurso que é de todos, passa a ser de ninguém, pela ausência de mecanismos externos oficiais ou tradicionais de regulação baseados no *respeito*, o que impera é a anarquia do “se eu não matar, outro vem e mata”. Essa filosofia acelera a degradação do recurso e a falência dos valores comunitários locais. Observando-se os temas relacionados nesse estudo e debruçando-nos sobre a análise dos autores consultados, percebemos a importância que a noção do *respeito* ocupa dentro do sistema sociocultural das comunidades tradicionais de pescadores artesanais costeiras. Como vimos anteriormente, os mestres por sua autoridade coletivamente reconhecida, são os naturais detentores do conhecimento tradicional local que

comporta todo o regramento cultural responsável pela construção, interpretação e gestão dos territórios pesqueiros de sua comunidade. Desse modo compreendemos porque as instituições governamentais falham em alcançar o respeito e a confiança dessas comunidades.

O motivo básico fundamental da desconfiança e da não ratificação do sistema formal de gestão por parte dos pescadores tradicionais é que esse sistema desrespeita diretamente as duas regras chave que estão arraigadas basilarmente no código informal do *respeito*, atropelando o conhecimento tradicional local que regulamenta o usufruto dos *territórios pesqueiros*. Assim, o analista ambiental tecnocrata comete um grave erro tentando reduzir a diversidade fluida e volúvel do mar à um regramento denominador comum universal que abranja todo o espectro de variáveis e particularidades locais do ambiente marinho. Essa é uma habilidade somente reservada aos mestres pescadores que estão ligados material e simbolicamente a um território pesqueiro específico, transmitido de geração em geração.

Portanto os legisladores falham, por instituir um processo arbitrário de tomada de decisões construído e barganhado politicamente em gabinetes, (que não respeita a autoridade comunitária da *mestrança* e o grau de conhecimento que os mestres detêm sobre o ambiente natural local, e as especificidades de cada *território pesqueiro*), valorizando apenas critérios ecológicos conservacionistas ou político-econômicos, e desprezando completamente o conhecimento tradicional local.

AGRADECIMENTOS

Os conhecimentos tradicionais que possibilitaram a estruturação do presente estudo são apenas uma ínfima parte de todo imenso arcabouço empírico que compõe os saberes e fazeres que me foram generosamente compartilhados durante os dez anos em que vivi exclusivamente da pesca artesanal junto aos pescadores de Ubatuba.

Agradeço a todos eles pela iniciação em alguns dos *segredos* da arte, que me capacitaram a sobreviver de forma livre e autônoma daquilo que o mar oferece. Aos mestres da Praia da Enseada: Antenor dos Santos, Elvío Damásio, James Jardim da Graça, Nelson de Góis, Sebastião Giraud, Sebastião Lourenço (*in memoriam*), João Batista de Jesus, Pedro Paulo S. de Jesus, Paulo Luiz de Jesus e tantos outros de outras praias, minha eterna gratidão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLUT, A. (2000). O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In: DIEGUES, A.C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. AnnaBlume/Hucitec/Nupaub São Paulo. p.101-124.
- BEGOSSI, A. (2004). Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (org.). **Ecologia de pescadores da mata atlântica e da Amazônia**. Hucitec, São Paulo. p.223-253.
- BERKES, F. (1993). Traditional ecological knowledge in perspective. In: INGLIS, J.T. (ed.) **Traditional ecological knowledge: concepts and cases**. Otawwa, International Program on Traditional Ecological Knowledge/International Development Research Centre. p.1-9.
- BORNHEIM, G. A. (1987). O conceito de tradição. In: Bornheim, G. A. et al. **Cultura brasileira: Tradição/Contradição**, Jorge Zahar/Funarte, Rio de Janeiro, RJ.
- BRASIL (2003). **Decreto nº 4.895**, de 25 de Novembro de 2003. Casa Civil. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4895.htm. (acessado em Fevereiro de 2014)
- CAMARGO, E. e BEGOSSI, A. (2006). **Os diários de campo da Ilha dos Búzios**. São Paulo: Ed. Hucitec.
- CARDOSO, E. S. (2001). **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CARDOSO, E. S. (2003). **Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros**. GEOUSP - Espaço e Tempo, 14:119-125, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_Cardoso.htm
- CASCUDO, C. (1954). **Jangada: uma pesquisa etnográfica**. Coleção Vida Brasileira, Ministério da educação e cultura, serviço de documentação. 181p..
- CORDELL, J. (1989). **Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia**. Nupaub – USP, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/textocordell.pdf>
- CORDELL, J. (2000). **Remapeando as águas: o significado dos sistemas de apropriação social do espaço marítimo**. Nupaub - USP, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/remapeando.pdf>
- CUNHA, L. H. de O. (2008). **Diálogo de saberes entre tradição e modernidade: ordens e desordens**. 18p., 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2021/lucia%20helena%20de%20oliveira%20cunha.pdf. Acesso em: 20 abr. 2012.
- CUNHA, L. H. de O. (2009). **O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (ISSN: 1518-952X), 20:59-67, Curitiba, PR, Brasil. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/16455/10942>. Acesso em: 20 abr. 2012.

- DAVIDSON-HUNT, I. J. e BERKES, F. (2003). Nature and society through the lens of resilience: toward a human-in-ecosystem perspective In: BERKES, Fikret; COLDING, Johan; FOLKE, Carl. (2003). **Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change.** University Press, New York/Cambridge. 393p..
- DIEGUES, A. C. S. (1979). **Pescadores, sitiantes e trabalhadores do mar.** Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. 314p..
- DIEGUES, A.C. S. (1983). **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** Ática, São Paulo, SP. 278p..
- DIEGUES, A. C. S. (2000). Navegando pelas montanhas: pesca de marcação e mestrança em galinhos, Rio Grande do Norte – Brasil. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). **A imagem das águas.** Hucitec, São Paulo, SP. p.69-83.
- DIEGUES, A. C. S. (2004). Conhecimento Tradicional e Apropriação Social do Ambiente Marinho. In: DIEGUES, A. C.. **A pesca construindo sociedades.** Nupaub, São Paulo, SP. p.195-223.
- DIEGUES, A. C. S. (2008). **O mito moderno da natureza intocada.** Hucitec, São Paulo, SP. 198p..
- FORMAN, S. (1970). **The raft fishermen: tradition and change in the brazilian peasant economy.** Indiana University Press, Indiana, United States of America. 158 p..
- GASALLA, M. A. e DIEGUES, A. C. S. (2008). People's Seas: "ethno-oceanography" as an interdisciplinary means to approach marine ecosystem change. In: OMMER, R., COCHRANE, K., CURY, P., PERRY, I. (eds). **World Fisheries: a social-ecological analysis.** Blackwell Sci. Publ., FAR Series.
- GEISTDOERFER, Alette. (1974). Savoir et techniques des pêcheurs des îles de la Madeleine (Québec) ou de quelques moyens de s'approprier la mer et ses ressources. Journal D'agric. Tropicale et de Botanique Appliquée, T. XXI, n° 7-8-9, juillet-aout-sept. 1974. p.169-217. In **Différentes études em antropologie maritime.** GDR CNRS 719 Antropologie Maritime. MNHN Laboratoire d' ichtyologie, Paris, octobre 1993.
- GEISTDOERFER, Alette. (1982). Fonctions spécifiques des techniques de pêche dans une production halieutique. Techniques & culture. Actes de la table ronde "technologie culturelle", Ivry, novembre 1982. Editions de la Maison des sciences de l'homme, Paris, p.87-95. In **Différentes études em antropologie maritime.** GDR CNRS 719 Antropologie Maritime. MNHN Laboratoire d' ichtyologie, Paris, octobre 1993.
- GUBER, Rosana. (2001). **La etnografia: método, campo y reflexividad.** Bogotá: Grupo Editorial, Norma, 146p..
- INGOLD, Tim. (2000). **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill.** London/New York: Routledge, 2000. 465p..
- KANT DE LIMA, R. e PEREIRA, L.F. (1997). **Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro.** EDUFF, Niterói. 331p..
- LÉVI-STRAUSS, C. (2008). **O pensamento selvagem.** Papirus, Campinas. 320p..
- MALDONADO, S. C. (1986). **Pescadores do mar.** Ática, São Paulo. 77p..
- MALDONADO, S. C. (1994). **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** Annablume, São Paulo. 194p..

- MALDONADO, S.C. (2000). O caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: Diegues, A. C. S. (org.). **A imagem das águas**. Hucitec, São Paulo. p.59-68.
- MARQUES, José Geraldo. (2001). **Pescando pescadores: ciência e etnociência numa perspectiva ecológica**. São Paulo: NUPAUB/USP, 258p..
- MATTOSO, Adriana. (2017). **Ex-funcionária da Fundação Florestal fala sobre crise no órgão paulista**. Jornal Informar Ubatuba. Entrevista concedida à Renata Takahashi. Disponível em: <http://www.informarubatuba.com/fundacao-florestal-adriana-mattoso>. Acesso em 25 jan. 2017.
- MOURA, G. G. M.. **Guerras nos mares do sul: a produção de uma monocultura marítima e os processos de resistência**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MUSSOLINI, G. (1980). **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 287p..
- NÉMETH, P. S. (2010). **Glossário caiçara de ubatuba**. All Print, São Paulo. 131p..
- PLANTE, S. e BRETON, Y. (2005). Espaço, pesca e turismo em Trindade. In: DIEGUES, A.C. (org.). **Enciclopédia caiçara v. III**. Hucitec, São Paulo. p.21-74.
- RAINHO, Ana Paula. (2015). **A gente vive no mar: saberes oceanográficos na comunidade tradicional Barra da Ararapira**. Dissertação (Mestrado em antropologia social). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2015. 174p..
- SÃO PAULO - ESTADO. (2005). **Zoneamento ecológico-econômico - litoral norte São Paulo**. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. SMA/CPLEA, São Paulo.
- SCHMIDT, C. B. (1947). **Alguns aspectos da pesca no litoral paulista**. Diretoria de publicidade agrícola – Secretaria da agricultura do Estado de São Paulo. Separata da revista do Museu Paulista, Nova série, vol. 1, 1947, São Paulo. 41p..
- WILLEMS, E. (2003). **A Ilha de Búzios: uma comunidade caiçara no sul do Brasil**. Hucitec, São Paulo. 185p..

COMUNICAÇÕES ORAIS

- ANGELO FURLAN, S. (2013) - Cartografia Ambiental. Palestra proferida no Seminário Gerenciamento Costeiro UNESP - Gestão da Biodiversidade Costeira. São Vicente, SP. Câmara Municipal de São Vicente, 27 de março de 2013.
- DOS SANTOS, Antenor. (2004). Conversas informais na Praia da Enseada.
- DOS SANTOS, Antenor e DA GRAÇA, James (2014). Conversas informais na Praia da Enseada.